



# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XII — N.º 135 — S. PAULO, DEZEMBRO DE 1968 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 — SALA 2 — CAIXA POSTAL 6248

## Estudantes de Lisboa boicotam a abertura oficial do ano lectivo

LISBOA (Do Correspondente) — Os esforços mistificadores de Marcelo Caetano para modificar interna e externamente a imagem do regime sofreram uma grande derrota no dia 20 de Novembro, infligida pelos estudantes da Universidade de Lisboa.

As autoridades haviam escolhido a data para comemorar com a maior solenidade a abertura oficial dos cursos. Contavam com a comparação de mais de um milhão de estudantes e tinham a intenção de explorar devidamente o fato através da imprensa, para dar à opinião pública a impressão de que algo mudara nas re-

lações entre os estudantes e o governo.

Os universitários de Lisboa não se deixaram porém iludir. Uma comissão procurou o ministro da Educação Nacional e fez-lhe saber que os estudantes exigiam que um representante seu usasse da palavra durante a solenidade inaugural. O ministro recusou. A resposta dos estudantes valeu por uma demonstração do espírito de contestação que os domina: nem um só compareceu no grande anfiteatro onde se realizava a cerimônia. As autoridades, colocadas numa situação ridícula, viram-se forçadas a realizar o acto num

ambiente de intimidade fascista, presentes apenas os figurões do regime. Entretanto, cerca de 4.000 estudantes reuniam-se à mesma hora na Cantina da Cidade Universitária e comemoravam democraticamente a inauguração dos cursos. Estenderam no solo as bandeiras das suas associações e reclamaram a autonomia da Universidade.

Amedrontado, o governo não ousou tomar medidas repressivas.

A notícia da atitude dos estudantes, logo conhecida, impressionou profundamente todas as camadas da população. A solidariedade aos universitários é geral.



Os militares germano-ocidentais Bundeswehr e da nova Luftwaff movem-se em Portugal como em terra conquistada. Já não são apenas as autoridades fascistas portuguesas que presidem as solenidades oficiais. Ao lado delas vemos agora em franca confraternização, como em casa própria os junkers prussianos. Ai os vemos na gravura, durante um acto público, em Beja, cidade que encaram como uma espécie de colonia...

## DESMASCARAMENTO E DESAFIO A volta do Bispo do Porto

O salazarismo sem Salazar deixou de ser um perigo: já é uma realidade. Seria um erro grave subestimar o adversário. Ao entrar no seu terceiro mês de governo, Marcelo Caetano atingiu, no essencial, os objetivos que se propunha. No plano interno contava com uma resistência considerável do povo português. Mas contava também que a inércia da grande massa da população o favorecesse e que amplos setores da pequena burguesia encarassem com expectativa benevolente as suas manobras mistificadoras. Ambas as previsões se confirmaram. O aumento de combatividade da classe operária, dos estudantes, e dos intelectuais progressistas é um fato auspicioso que se traduz diariamente em petições, protestos e abaixo-assinados enviados ao Governo, que se manifesta na atmosfera de desafio reinante nas fábricas, nas universidades e nos campos do Sul, e que se reflete, embora de modo indireto, em certos artigos, comentários e notícias publicados nos jornais. Mas esse começo de mobilização das forças democráticas, ainda inorgânico, não pode levar-nos a esquecer que as manobras mistificadoras do neo-fascismo, encarnadas por Marcelo, podem levar a confusão e a perplexidade a importantes segmentos da sociedade portuguesa. Existe uma propaganda intensa e hábil em torno da pretensa "liberalização". O sucessor de Salazar é, inegavelmente, um adversário dinâmico. Uma ruidosa orquestração publicitária montada no Interior e no Exterior procura sugerir que se acha em curso uma mudança profunda nas estruturas do regime. E são citados exemplos: a autorização para a "reabertura e funcionamento de todos os órgãos estudantis do País"; o regresso de São Tomé de Mário Soares, líder da Ação Socialista; as promessas do ministro das Corporações sobre a fixação de um novo salário mínimo nacional e da normalização das eleições sindicais; as declarações oficiosas sobre o próximo fim da censura prévia à imprensa; e ainda a promessa de "eleições livres" em novembro de 1969.

A nova tática do adversário devem as forças democráticas portuguesas responder com uma correspondente renovação de processos de combate e organização. O caetanismo — o neologismo já criou raízes — colocou-nos na obrigação de repensar todo um comportamento tático que ficou, de um dia para o outro, superado. Se não há motivos para alterar a estratégia que se propõe o derrubamento do fascismo através do levantamento nacional, existem múltiplas razões para modificar todo o trabalho de esclarecimento, de organização e de luta, todos os métodos de combate que visam ao objetivo a atingir: a destruição do Estado fascista.

Dois palavras resumem essa necessidade de mudança, gerada pela nova realidade, objetiva e subjetiva, existente em Portugal: desmascaramento e desafio!

Marcelo Caetano foi investido no cargo de Salazar apenas quando Tomás — após dez dias de um vazio mal aproveitado pelas forças anti-fascistas — obteve o consentimento do Exército. O general Deslandes, porta-voz das Forças Armadas, aceitou o seu nome, por acreditar que seria ele o melhor intermediário junto dos grandes monopólios internacionais de cuja "ajuda" depende a continuação do status quo colonial. O poder de Marcelo Caetano não é ainda o de Salazar. Não conseguiu montar um staff de gente sua capaz

de controlar o aparelho de Estado. Seu estilo de governo é o de uma mistificação permanente e astuciosa. Procura captar a ala mais conservadora da oposição — cindir, numa palavra, o adversário — para se fortalecer e poder prescindir dos outros, que o encaram com desconfiança.

Como homem de Estado é um fascista convicto, mas também um equilibrista, um prestidigitador consumado. Inunda o País com promessas, faz o possível e o impossível por anestesiar os espíritos, por confundir e desmobilizar os seus adversários menos lúcidos. Os fatos mostram que as suas promessas não envolvem mudança alguma. A Universidade continua amordaçada; os direitos individuais inscritos na Constituição, são ignorados pelas autoridades; a supressão da censura prévia — o exemplo espanhol vale por uma advertência — tornaria ainda mais difícil o diálogo com a Nação, pois seriam punidos os jornais que publicassem matérias "nocivas ao regime e à segurança nacional"; as prisões continuam atulhadas de patriotas; as "medidas de segurança" não foram abolidas; os exilados e perseguidos políticos continuam a ser tratados pelos consulados fascistas como apátridas; os estudantes, os trabalhadores, os camponeses não podem reunir-se para discutir os seus problemas. O Governo promete também o aumento do funcionalismo. Mas trata-se de outra manobra demagógica, destinada a enfraquecer as lutas reivindicativas. Os aumentos previstos serão rapidamente absorvidos pela alta do custo de vida. É sintomático que os próprios órgãos da alta finança internacional já tenham denunciado como inevitável o agravamento do processo inflacionário.

Desmascaramento e desafio, repetimos. Precisamos, no Interior e no Exterior, deixar bem claro que as estruturas do fascismo, permanecem intactas. A repressão, em vez de se atenuar, acentua-se. Os Tribunais Plenários acham-se em pleno funcionamento; a PIDE, sempre todo poderosa, assassinou em Novembro um estudante e continua torturando dezenas de prisioneiros; o regime prisional, em Caxias, em Peniche, no Tarrafal e em muitos outros antros dirigidos pela criminosa polícia dos Silva Paes e dos Sachtetti não sofreu a menor alteração; o cardeal Cerejeira, de acordo com Caetano, dá uma resposta medieval à ansia de renovação da Igreja e desfecha uma ofensiva contra o setor progressista do clero, demitindo a direção do Seminário dos Olivais e suspendendo das suas funções o padre Felicidade, conhecido pelas suas posições democráticas; por último, a guerra colonial intensifica-se e, nas Nações Unidas, o embaixador fascista Bonifácio de Miranda declara arrogantemente que "não haverá reformas fundamentais nos sistemas de administração de Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa".

Marcelo é o salazarismo sem Salazar. Urge desmascará-lo, combatê-lo, a ele e ao que representa, em todas as frentes. A hora é de luta, de ofensiva. Nas fábricas, nas universidades, nos campos, nos sindicatos, nos quartéis, no Interior e no Exterior. A nossa resposta às promessas hipócritas do fascismo deve ser um desafio frontal, traduzido numa palavra: OFENSIVA!

PORTUGAL  
DEMOCRATICO

## A volta do Bispo do Porto

LISBOA (AP, UPI e ANSA) — Depois de longo exílio em Roma, regressará esta semana a Portugal D. Antonio Ferreira Gomes, ex-bispo do Porto.

D. Antonio Gomes esteve à frente daquela diocese de 1952 a 1959, mas perdeu seu cargo ao proclamar-se favorável ao general Humberto Delgado, quando este concorreu com Américo Tomás à presidência do País.

Seus parentes dizem que o prelado, aos 62 anos, está doente e não reassumirá suas atividades eclesíásticas.

N. da R. — Até ao momento de fecharmos esta edição não recebemos qualquer confirmação da chegada a Portugal de D. Antonio Ferreira Gomes, anunciada no telegrama que acima reproduzimos de um matutino de São Paulo. A confirmar-se a notícia do regresso do bispo do Porto seremos os primeiros a congratularmo-nos, certos aliás de que não estaremos perante um gesto de "clemência" do sr. Marcelo Caetano, mas de uma vitória da campanha de protesto desencadeada pela opinião pública portuguesa e internacional contra o desterro do ilustre prelado. O último parágrafo, entretanto, do telegrama, pelo que nele há de equívoco, leva-nos desde já a alertar os nossos leitores para a possibilidade de uma manobra do regime destinada a congelar D. Antonio Ferreira Gomes, impedindo-o de reassumir a chefia da diocese que, de acordo com as normas da Curia Romana, é ainda sua.

# O DEMOCRÁTICO SR. CAETANO

FRANCISCO VIDAL

Logo que o negregado ditador Salazar "caiu da cadeira", fato por demais grave para ele que toda a vida "falou de cátedra", e se recolheu a um mutismo forçado que ainda hoje mantém e de que todos esperamos que não saia mais, estabeleceu-se a confusão nas fileiras nazi-saloias do Estado Novo lusitano. Embora todos estivessem ávidos em ocupar o lugar vago pelo falecimento político daquele que durante tantos anos foi o "dono e senhor" dos portugueses nenhum se atrevia a falar abertamente, a tomar atitudes, a manifestar-se; o medo que o ditador impôs ao País durante estas décadas de poder absoluto refletiu-se também nos membros da sua "gang", recrutados, "et pour cause", entre gente geralmente sem outros predicados a recomendá-la que uma canina fidelidade (que me perdõe o nobre e fiel amigo do Homem) à sua própria pessoa. Antônio de Oliveira Salazar, como todos os tiranos, de resto, jamais admitiu concorrência, pois pela sua própria formação autocrática e antidemocrática — passe o pleonismo — confessada por ele mesmo até em discursos, não permitiu nunca a livre troca de idéias, o debate aberto e franco, a que era inteiramente avesso. Possuidor de inteligência não muito brilhante, mas suficiente para conhecer as suas próprias limitações, escolheu sempre os seus auxiliares entre aqueles que não poderiam ameaçar o seu poder, a que tanto se apegou e da forma mais desumana durante tanto tempo.

Assim, logo que ficou inutilizado, fato que nenhum ditador prevê, possivelmente embriagado pelo seu natural narcisismo, todos os que o rodeavam e que desde sempre estavam habituados a nada fazer sem ouvir a sua opinião, pois nada mais trágico para eles que desagradar ao "chefe supremo", que lhes atirava algumas migalhas de poder misturadas com largas fatias de bens materiais, ficaram sem saber o que pensar nem que atitude tomar. O próprio coitado do sr. Tomás, também conhecido como "Chefe de Estado", perplexo, levou dias espiando constante e interessadamente o estado do doente, não fosse ele recuperar-se e repreendê-lo por qualquer atitude mesmo involuntária que tomasse, mas que mesmo assim poderia desagradar ao ora inválido a quem toda a vida tinha cegamente obedecido.

Isto durou dias e dias, como todos devem recordar-se. Só depois do tal médico americano ter "jurado a pés juntos" que "podiam estar descansados" que Salazar não se recuperaria é que o caquético Presidente "resolveu" nomear novo chefe do governo, não sei depois de que lutas entre os integrantes da quadrilha, de que nos não fala a História, impedida de fazê-lo pela censura que impera em Portugal. Não sabemos pois se a "nomeação" do sr. Caetano foi tranquila ou não, se o seu nome foi escolhido no remanso de um quieto escrutínio (?) ou se conseguiu impô-lo entre gritos e tapas...

A verdade é que nos apareceu o sr. Caetano, cuja figura andava nos últimos anos meio apagada, como novo ditador do sofrido povo português. A imprensa, num país onde o que não é obrigatório é proibido, foi orientada no sentido de oferecer ao mundo um quadro mais liberal da nova situação portuguesa, apresentando o sr. Caetano como um homem mais inteligente e culto que Salazar, mais viajado e tendo portanto mais vivência dos problemas humanos, a maior parte dos quais escapavam completamente ao seu antecessor, isto, é claro, para "inglês ver", para enganar os incautos, procurando mostrar a nova face da ditadura, quicá atenuada pela presença de alguém que "não possuía a mesma rigidez", tinha família, mulher e filhos,

era humano enfim e até nisso diferente do "falecido" ditador.

Isto foi conseguido em parte nos primeiros momentos da substituição, no começo do reinado do sr. Caetano; por incrível que pareça até alguns menos avisados membros da Oposição "embarcaram naquela canoa furada", vindo a público com declarações que nada mais traduziam que o seu "adesismo" lamentável. Esperemos que alguns já se tenham dado conta do seu engano. Afinal o sr. Caetano, teórico do regime, ex-Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa — uma espécie de Hitler Jugend de barrete — ex-Ministro das Colônias, não podia realmente ser o democrata que alguns apregoavam e que o Estado Novo estava deseioso de mostrar, não apenas aos nossos desgraçados patricios como ao mundo que, atônito, não vê findar a ditadura mais longa da História.

Cedo o sr. Caetano "deitou as manguinhas de fora". Começou ele por prometer que o desterro de Mário Soares terminaria, não imediatamente como seria lógico, mas em data próxima, deixando que se percebesse que a sua magnitude permitiria que o conhecido opositor fosse passar o Natal com a família. "Quelle délicatesse de sentiments", como diria o personagem francês da anedota do viuvo inglês!

Houve a declaração de colonialista, afirmando o sr. Caetano que prosseguiria aquilo que a gente que manda em Portugal parece considerar como "guerra santa", continuando a matança dos moçambicanos, guineenses e angolanos, juntos com a fina flor da mocidade de Portugal. Logo depois surgiu o caso da morte do estudante Sousa Teixeira, "casualmente falecido quando se encontrava nas mãos da PIDE de... um ataque de asma!" (sic). Este rapaz, que havia entrado clandestinamente na Pátria, única forma de lá ir para todos quantos se opõem à tirania salazarista ou neo-salazarista, foi preso, torturado e morto. Segundo uma das folhas de couve que se dizem portuguesas e que se publicam, a sôlido do Estado Novo, nesta abençoada cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a morte do estudante foi ocasionada pelo tal ataque de asma, o qual, de acordo com o mesmo pasquim, "zombou de todos os recursos médicos". Que ataque mais maroto e zombeiro que colheu na flor da idade um verdadeiro patriota que desejava apenas para a nossa Pátria um destino menos cruel! Seria risível se não fosse trágico!

Outro escriba, este vivendo "à tripa fôra", em Portugal e torturando a prosa que envia para influente jornal brasileiro, de que é correspondente, egresso das hostes oposicionistas, onde, quanto a mim, apenas agiu como espião e agente provocador, foi ao ponto de afirmar, aceitando as explicações oficiais sobre o caso, que Sousa Teixeira, sofrendo de asma, devia ficar em casa, entregue aos cuidados da família e deixar a política de lado! Inteligente conclusão que só podia sair do "bestunço" de semelhante "quidam"! Se fosse assim ele próprio não estaria maltratando há tanto tempo a língua mãe, passando por jornalista, pois permaneceria no seu Ribatejo natal, vestido a capricho, de folclórico campino e tomando conta dos touros...

O "democrático" sr. Caetano! Como podem ser cegas certas pessoas ao aceitarem que alguém com o tenebroso passado do novo ditador poderia sequer pensar em Democracia, sequer saber o que ela é, sequer praticá-la, por pouco que fosse! Como diria Nelson Rodrigues: trata-se do "óbvio ululante", que só não vêem os que não querem ver por interesses inconfundíveis ou os que estão incapacitados de fazê-lo por insuficiência intelectual congênita!

## A U.D.P. denuncia o crime da PIDE

Logo que no Brasil se soube do assassinio pela PIDE do estudante DANIEL DE SOUSA TEIXEIRA, a Unidade Democrática Portuguesa distribuiu aos jornais o seguinte comunicado:

"O novo crime praticado em Lisboa pela P.I.D.E. e a feroz repressão dos protestos estudantis que se lhe seguiram vieram confirmar as denúncias já feitas pelos democratas portugueses do Brasil sobre o verdadeiro carácter do governo do sr. Marcelo Caetano, pretensamente "liberalizante", mas na

realidade herdeiro e defensor das estruturas fascistas existentes.

Os signatários tinham conhecimento já das torturas que vinham sendo infligidas ao jovem DANIEL DE SOUSA TEIXEIRA e aos companheiros que com ele haviam entrado em Portugal no mês de agosto. Eram patriotas e não terroristas como declara a Gestapo portuguesa. Solidarizando-se integralmente com as manifestações de protesto do povo português contra esse novo e bárbaro crime, a Unidade Democrática Portuguesa volta a alertar a opinião pública bra-

sileira para o facto de que em Portugal só mudou a fachada. O carácter monstruoso, policial e liberticida do regime não sofreu qualquer alteração. Marcelo Caetano é apenas o continuador do Estado fascista criado por Salazar."

São Paulo, 1 de Novembro de 1968.

Pela Comissão Executiva da U. D. P.

Manuel Moura, Francisco Vidal, Augusto Aragão, Miguel Urbano Rodrigues e Joaquim Barradas de Carvalho.

## O Movimento Democrático de Montreal sugere reunião magna da oposição

Publicamos abaixo a carta que o Movimento Democrático Português de Montreal, no Canadá, enviou ao Prof. Ruy Luís Gomes, sugerindo a realização "imediate e inadiável de uma reunião de representantes de todas as organizações anti-fascistas portuguesas do mundo".

O documento, datado de 30 de Setembro, é do seguinte teor:

"Em cumprimento do mandato recebido da assembleia dos portugueses de Montreal e Toronto levada a efeito no passado dia 29, na sede do Movimento Democrático Português, desta cidade, vimos expressar a V. Exa. o pensamento dessa Assembleia resumido nos seguintes pontos:

— Os portugueses emigrados ou exilados no Canadá, que não se deixaram subverter pela menor valia moral dos últimos 40 anos de vida portuguesa, repudiam vigorosamente todas as tentativas que possam vir a ser feitas para alienar a vontade do povo português numa liberalização do regime fascista;

— consideram inaceitável, por insultuosa e aviltante, qualquer solução do caso político português que exclua a exterminação do fascismo e o julgamento de todos os responsáveis pela actual situação;

— reconhecem a necessidade da realização imediata e inadiável de uma reunião dos representantes de todas as organizações anti-fascistas portuguesas do mundo, bem como de todos os exilados políticos portugueses, a fim de serem estudadas a orientação e a tática a adotar na actual conjuntura política portuguesa;

— afirmam que nessa reunião não poderá deixar de participar V. Exa., como um dos dirigentes de maior prestígio da Oposição Portuguesa, cujo passado de coerência, de luta e de clarividência política, conquistaram há muito o respeito a confiança e a estima do povo português;

— desejam vivamente que dessa reunião saia a constituição de um governo no exílio, que seja verdadeiramente a expressão da vontade da maioria e encerre toda a potencialidade revolucionária que o momento exige;

— e afirmam que o prestígio de que V. Exa. desfruta, e as altas qualidades que possui o homem, o português, o intelectual e o político, que na simples designação "o professor Ruy" o povo venera e acarinha, nos impõe aos nossos corações o nome de V. Exa. como o do nosso candidato, que certamente o será da maioria dos portugueses, à Presidência da II República Portuguesa, mesmo que esse Governo tenha de preparar no exílio as profundas reformas que exigem todos os setores da vida portuguesa.

Ansiando por um Portugal livre, dignificado e justo, apresentamos a V. Exa. as nossas mais respeitadas saudações democráticas".

Pelo Movimento Democrático Português

aa) Joaquim Domingos Maria, Alberto Martins, Francisco Mario de Oliveira, Domingos da Costa Gomes, Cunha Viana, João Beato, Amelio dos Santos e outra assinatura ilegível.

## POR QUE O DIÁLOGO DO NOSSO TEMPO É O DO CRISTIANISMO COM O MARXISMO?



Podem católicos e marxistas conviver e lutar lado a lado pela construção de uma sociedade mais justa?

A resposta a esta pergunta crucial do mundo de hoje está no livro

DIÁLOGO PÔSTO À PROVA

Diversos autores

Um dos mais aprofundados debates entre comunistas e católicos na busca de uma eventual coincidência a respeito do homem.

PREÇO NCr\$ 12,00



A REPÚBLICA COMUNISTA E CRISTÃ DOS GUARANIS

de Clóvis Lugon

Como um apaixonado romance,

este livro descreve

os 150 anos da primeira tentativa

de vida comunista na América,

promovida pelos jesuítas.

PREÇO: NCr\$ 14,00

Lançamentos da PAZ E TERRA Distribuição exclusiva da

CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rua 7 de Setembro, 97 - Rio de Janeiro - GB

Atende-se a pedidos pelo reembolso postal

## Notas e comentários

### O verdadeiro Caetano

Marcelo Caetano foi Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa. Na altura não escondia as suas convicções fascistas e a sua admiração por Hitler e Mussolini.

Hoje prefere não falar do que dizia e escrevia nesses tempos. Mas nem por isso rompeu com o passado, como proclamam certos jornalistas portugueses e estrangeiros que querem, à força, mascarar-lo de liberal. Realista, Marcelo Caetano tem de fazer um jogo subtil, procurando simultaneamente conquistar os elementos mais conservadores da Oposição a Salazar e não desiludir os vários clãs salazaristas. Para os observadores políticos lúcidos não é contudo muito difícil descobrir o verdadeiro Marcelo, quaisquer que sejam as máscaras exibidas pelo actual chefe da ditadura portuguesa. O homem mudou, afinal, muito menos do que pretendem os seus porta-vozes. Discursando há semanas no Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, Caetano revelou a sua verdadeira face, traçou de si mesmo um retrato perfeito, desmentindo ele próprio a transformação do fascista em liberal.

O tema da oração foi uma autêntica apologia do Estado Corporativo e da ideologia fascista. Lembrando que havia relido, pouco antes, um discurso de Salazar sobre problemas da organização corporativa, o "liberal" Marcelo confessou haver encontrado na arenga do mestre "as audácias de um pensamento revolucionário". E, depois de acrescentar que a revolução salazarista tem de ser uma revolução permanente, afirmou: "a introdução do sistema corporativo foi na verdade uma revolução, se a esta palavra dermos o seu verdadeiro sentido de transformação social profunda nas ideias e nos costumes". Para que não subsistisse dúvida alguma a respeito da sua posição apressou-se aliás a esclarecer que passados trinta e cinco anos sobre esse discurso de Salazar, a grandiosidade das transformações operadas no País era uma evidência e que "o corporativismo tem de ser vivido e praticado pelo País inteiro". É o que entende o sr. Caetano por revolução permanente. Na sua opinião não basta que o corporativismo (leia-se fascismo) domine "na orientação das empresas": "há que fazê-lo penetrar no espírito dos trabalhadores". Esqueceu o novo chefe da ditadura portuguesa que ao longo dos 35 anos a que aludiu foram inúteis todos os esforços da própria PIDE para fazer penetrar essas ideias no espírito da classe operária portuguesa e do povo em geral.

### Kiesinger em Portugal

Poucos dias antes da profissão de fé corporativo-fascista, a que se refere a nota acima teve Marcelo Caetano outra oportunidade para deixar transparecer até que ponto permanece fiel a uma visão retrógrada do mundo. As afirmações

que fez durante a visita do chanceler Kurt Kiesinger, da Republica Federal Alemã, vieram confirmar por um lado que é sua intenção reforçar aquilo a que chama eufemisticamente as "excelentes relações existentes no campo militar, para fins puramente defensivos entre os dois países; e, por outro que o seu governo hipoteca irrestrita solidariedade à política revanchista de Bonn de negar reconhecimento às fronteiras surgidas da guerra de 45. O sr. Marcelo Caetano foi peremptório. Falou na "reunião do povo alemão no seio de uma só pátria", como o fazia Salazar em 39 quando aplaudia a anexação da Austria e dos Sudetos. Aos olhos do "liberal" Caetano, a fronteira Oder-Neiss surge como uma monstruosidade e só uma Alemanha tem o direito de existir. Aquela que tenha à sua frente homens como o chanceler Kiesinger para os quais "a opinião publica alemã está convicta de que Portugal não faz uma política colonialista em suas províncias africanas" (sic).

Não é de estranhar que a visita do chanceler germano-ocidental tenha decorrido toda ela numa atmosfera de extrema cordialidade oficial e de perfeita identificação de pontos de vista. Embora os jornais nada tenham dito a respeito, sabe-se que os dois chefes de governo chegaram a completo acôrdo tanto no referente à presença dos militares prussianos na Base de Beja como no tocante à sustentação diplomática, financeira e militar das guerras coloniais portuguesas pela República Federal Alemã. É sintomático que certos órgãos de imprensa, diretamente controlados pelo governo português, tenham esclarecido que as "pequenas divergências" existentes a respeito da Base de Beja foram agora resolvidas num clima de mútua compreensão. Em outras palavras: a barganha foi ainda mais fácil com Marcelo do que seria com Salazar. Ficou aliás combinada a próxima visita de Caetano a Alemanha. O sucessor viaja!

### A ronda dos quartéis

No momento em que esta edição do nosso jornal fôr distribuída, Marcelo Caetano já deve ter realizado a sua visita relampago às colónias. A iniciativa, como era de esperar, foi precedida de uma campanha publicitária em que colaboraram alguns dos jornais que se apresentam como "independentes". O "Diário Popular", por exemplo, em artigo intitulado "Atualização Necessária", aplaude a ideia da viagem e levanta um pouco do véu que envolve os planos caetanistas ao escrever: "A observação direta, pelo chefe do Governo, das realidades políticas da vida do homem português no Ultramar é, pois, um decisivo passo no caminho da chamada geral para o confronto de interesses e aspirações em marcha, com vista a soluções equitativas no âmbito nacional".

O arrazoado do jornal dirigido pelo sr. Martinho Nobre de Melo, traduzido para uma linguagem inteligível significa

que o sr. Marcelo Caetano, entre outros fins, terá também o de verificar in loco, em Angola e Moçambique, — a "visita" à Guiné será uma farsa — até que ponto lhe será possível dar forma concreta a qualquer tentativa de modificar as estruturas político-administrativas das duas grandes colónias no sentido de se poder afirmar que também no "Ultramar" o caetanismo é "liberalizante" e não pretende manter na sua actual rigidez as estruturas monolíticas do colonialismo salazarista. Que o sucessor de Salazar alimente vagas aspirações de mudar a fachada — como o fez o sr. Adriano Moreira em 1961 — é quase certo. Mas não vemos como possa traduzir na prática esse seu desejo. A mistificação é difícil. Algo que se assemelhe a uma abertura tendente à concessão de um futuro status de autonomia em que os africanos desempenhassem um papel relevante não é viável. Esbarraria no veto dos colónos e do Exército. Por outro lado, a hipótese do desbravamento de um caminho rodesiano com vistas à criação futura de dois Estados escravagistas, como o do sr. Ian Smith, além de praticamente irrealizável, criaria ao governo português no plano diplomático precisamente aquele tipo de dificuldades que o sr. Caetano tenta sinuosamente vencer, mascarando-se internacionalmente de "liberalizante".

De qualquer modo, o fato primordial nas colónias é a existência da guerra e nenhuma manobra mistificadora no plano político e administrativo pode encobrir essa realidade. O P.A.I.G., o M.P.L.A. e a FRELIMO apresentam-se como os representantes mais qualificados das aspirações de independência dos povos das três colónias. E, mesmo que o desejasse — não é o caso — Marcelo Caetano não poderia dialogar com esses legítimos interlocutores. O Exército não lho permitiria.

Os resultados da visita do chefe do governo fascista serão assim bem mais modestos do que ele quereria e a imprensa de Lisboa vem proclamando antecipadamente. Encarada a realidade objectiva com a necessária frieza, a viagem do sr. Caetano tem a significação limitada daquilo que a revista "Jeune Afrique" define sob uma expressão feliz: la tournée des popotes. Na sua ronda obrigatória pelos quartéis coloniais, o sucessor de Salazar vai receber afinal a confirmação da investidura.

O Exército Português transformou-se num polvo monstruoso. E monstruoso sob todos os aspectos. Foi durante séculos um instrumento de sobrevivência da nacionalidade, desprovido de poder político. Agora não só se agigantou — nas três colónias há 150.000 soldados — como passou a ser uma máquina ao serviço do crime. É dessa máquina que Caetano depende. Dela vai receber — ou tentar, pelo menos — a força necessária para utilizar as insignias do Poder que ostenta. Tem nas mãos um único trunfo: é no momento o intermediário de que os estados-maiores necessitam para poderem eles próprios manter a guerra. O polvo militar é também vulnerável: depende dos monopólios estrangeiros, da sustentação imperialista.

Tudo é, felizmente, vulnerável ao fascismo português. É o que deve animar todos os verdadeiros democratas a marchar em frente, unidos e confiantes, na luta pela liberdade, pela destruição do fascismo e do colonialismo!

### O novo governo e a repressão

Em nenhum plano da vida nacional, como o da repressão às liberdades e garantias individuais, se encontra o mais formal desmentido à tese da "liberalização" do regime. Pouco mais de 2 meses se passaram desde a ascensão de Marcelo Caetano ao poder e o novo governo conta já no seu activo com um assassínio político, dezenas de prisões, espancamentos em massa de manifestantes, dezenas de condenações de patriotas pelos tribunais plenários de Lisboa e Porto.

Nas prisões, a PIDE continua a espancar e torturar, mantendo presos centenas de patriotas que já terminaram as penas a que foram condenados pelos tribunais fascistas.

Além destas tarefas "normais" revive a PIDE uma nova-velha tarefa terrorista. Trata-se de "visitar" familiares de presos e exilados políticos, de quem abrem a correspondência, e, baseados na mesma, promovem interrogatórios aos familiares, mesmo tratando-se de menores.

É evidente o objectivo de intimidação. A PIDE acha que essa "balela" de "liberalização", que o novo chefe da ditadura mandou espalhar pelo mundo, pode ser levada a sério e os portugueses, à força de ouvirem falar dela no exterior, podem criar ilusões de liberdade. Por isso ela se faz presente, mesmo na vida íntima dos cidadãos, violando descaradamente a correspondência e promovendo interrogatórios a domicílio. É a tática do terror, que o seu ex-chefe Salazar sempre lhe ensinou...

Ao denunciarmos a continuidade do regime fascista e sua política repressiva de carácter terrorista, não queremos negar as novas condições de luta criadas com o desaparecimento de Salazar da cena política portuguesa. Pelo contrário, pretendemos que o regime deve ser contestado, corajosa e audaciosamente, pelos democratas, pelas massas populares, que devem aproveitar todas as brechas, resultantes das dificuldades em que o fascismo se encontra, e todas as afirmações demagógicas do novo governo devem ser postas à prova. Este é o único caminho para a conquista da liberdade.

Os oportunistas e conciliadores, dizem que é preciso esperar, dar tempo ao "homem". Não é um facto, dizem, o regresso do Dr. Mário Soares ao Continente, após 10 meses de deportação na Ilha de São Tomé? Sem dúvida que a libertação de Mário Soares representa uma grande vitória sobre o fascismo. Ela deve-se, no entanto, não aos propósitos "liberalizantes" de Marcelo Caetano e sua camarilha, mas à força da opinião nacional e internacional que se manifestou vigorosamente contra a deportação e pela libertação de Mário Soares. Por isso nós dizemos: conciliar é trair o povo. Só o povo libertará o povo.

### O fascismo e a igreja

As tentativas de afrouxamento dos laços que sempre uniram tão intimamente a Igreja e o Estado fascista português, estão a tornar-se cada

vez mais ousadas. No passado, figuras isoladas deixaram inscrito o seu nome na luta contra uma união que consideravam contrária aos ensinamentos de Cristo e aos interesses da sua Igreja. Recorde-mos aqui os Padres Alves Correia, um dos fundadores do setor intelectual da Democracia Cristã hoje representado pela Revista O Tempo e o Modo, Abel Varzim, que se dedicou à defesa dos interesses operários no jornal O Trabalhador, fechado pela PIDE, Costa Rio, violentamente afastado da sua paróquia de Arroios; lembremos sobretudo o nome do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, que denunciou de público, por ocasião da campanha eleitoral de 1958, os perigos que representava para a Igreja Católica o apoio que sempre concedeu ao Estado Novo, apoio que identificou no espírito do povo português, de uma forma que talvez seja irreparável, catolicismo e fascismo.

Hoje, a revolta contra essa identificação não se limita, como no passado, a alguns nomes. Ela é mais aberta, atinge setores cada vez mais largos de hierarquia religiosa, a tal ponto que não será exagerado dizer que se acha latente, no seio da Igreja portuguesa, uma crise grave. Por considerarmos a Igreja um fator de extrema importância no panorama político português, sempre prestamos a maior atenção a todas as suas manifestações. Assim, apenas como exemplo do que afirmamos, comentamos, na devida altura, as posições do Bispo do Porto, cuja Carta transcrevemos na íntegra, dos católicos que se levantaram contra a tortura aos presos políticos, em 1959, do Movimento Cristão de Ação Democrática, em 1965, dos padres africanos, contra a guerra colonial. Nunca, nesses comentários, pensamos poder lançar a palavra crise como definidora das situações que estávamos expondo. Hoje, porém, a situação é diferente. Já não se trata de movimentos isolados, de posições de figuras ou grupos que, embora significativos, se diluíam na massa. Quando sete professores do Seminário dos Olivais — os reverendos Cônego Abílio Tavares Cardoso (Reitor) e Padres José Maria Henriques (Vice-Reitor), António Henrique Tomás de Oliveira, Artur Lemos de Azevedo, Henrique Wiborg Pereira Torres, Fernando da Piedade Melro e Luis dos Santos Moita — se demitem das suas funções naquela instituição religiosa por não lhes ser possível prosseguir a sua tarefa devido à falta, segundo declaram, "de uma profunda revisão pastoral que abra a comunidade diocesana para a aceitação de um novo tipo de padre numa Igreja renovada"; quando o Padre Felicidade Alves, das paróquias de Santa Maria de Belém e de S. Francisco Xavier, em Lisboa, ameaçado de expulsão da Igreja sobretudo por criticar a posição do salazarismo em relação às colónias, em vez de se calar dá entrevistas à imprensa em que não só repete o que já dissera nos sermões como vai mais longe ainda nas suas críticas ao regime; quando os melhores padres de Moçambique se dirigem ao Bispo da Beira, para afirmarem que "a Igreja em Moçambique não é livre em referência ao Estado. Os homens da Igreja frequentemente pensam e se expressam e agem em termos de Governo do Estado, para além ou contra o que permitiriam os

## EM FRANÇA

Fundados Comitês de Ajuda à  
Luta do Povo Português

PARIS (Do Correspondente) — Em consequência do desaparecimento de Salazar da cena política portuguesa, surgiram já em França os primeiros Comitês de Ajuda à Luta do Povo Português, formados por anti-fascistas de várias tendências, com o fim de auxiliar por todas as formas possíveis a luta do povo português num momento como o atual em que se abrem novas perspectivas ao combate de todos os democratas do País pelo derrubamento da ditadura agora chefiada por Marcelo Caetano.

Em Paris, a Comissão de Fundos dos Comitês de Ajuda distribuiu profusamente uma Circular, remetendo-a especialmente a elementos conhecidos pelos seus sentimentos anti-fascistas convidando-os a participar da campanha pela recolha de fundos intitulada "45 dias para 100.000 francos".

As listas são encabeçadas pelo breve texto que transcrevemos abaixo:

"Neste momento, o ditador fascista Salazar, encontra-se às portas da morte! Esta situação abre novas e grandes perspectivas à luta do Povo Português.

Os dirigentes fascistas estão em pânico. Temem que as massas populares se lancem abertamente na ação. Ao mesmo tempo desenham-se manobras dos chamados "dissidentes" e falsos "liberais", ligados de pés e mãos ao imperialismo estrangeiro, em conluios de bastidores com vistas a enganar o Povo e dividir os democratas.

Neste momento, as forças democráticas portuguesas chamam o Povo à luta aberta contra o regime. Para apoiar a luta pela DESTRUIÇÃO DO ESTADO FASCISTA E PELA INSTAURAÇÃO DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS, o Primeiro Comitê de Ajuda à Luta do Povo Português apela para cada anti-fascista dar a sua contribuição para esta Campanha dos 100.000 F em 45 dias".

É óbvio que o apelo da Comissão de Fundos de Paris não se dirige apenas a elementos residentes em França. Todos os anti-fascistas portugueses (e estrangeiros amigos de Portugal) devem colaborar na campanha. O dinheiro pode ser enviado para a conta postal de Mr. JEAN MARCU, CCP, PARIS, 1634317.

Cabe assinalar que o êxito da iniciativa foi tão grande que, tendo a Circular sido expedida a 5 de outubro, no dia 13 já haviam sido recolhidos 9.798.24 francos.

Os vários Comitês de Ajuda elaboraram outros tantos textos que, pelo fundo e pela forma, são reveladores da receptividade que a luta anti-fascista está encontrando entre os trabalhadores portugueses da França.

Transcrevemos abaixo uma passagem de um apelo aos democratas portugueses da França feito em meados de outubro pelos coordenadores dos Comitês de Ajuda: "O nosso país tem um novo ditador fascista — Marcelo Caetano. Na luta pelo poder entre os vários grupos salazaristas, para já ganhou um dos mais destacados representantes dos monopólios nacionais e estrangeiros, o homem que foi duas vezes ministro de Salazar.

Velhas ilusões voltam a manifestar-se, mais uma vez, em alguns anti-fascistas sobre a "libe-

ralização" do regime, sobre a "queda automática da ditadura. Quer dizer para estes anti-fascistas que o povo português só teria que esperar pela manhã de nevoeiro, em que os mesmos que o têm explorado e oprimido até hoje, se converteriam aos ideais da democracia... Não, a liberdade e a democracia nunca poderão resultar da ação daqueles que nos oprimem. A liberdade conquista-se!

Como se não bastasse para desmascarar o novo ditador, o seu discurso de posse, em que afirmou com "orgulho" ser o "continuador" da política de Salazar.

Onde estão os atos "liberalizantes" do novo governo?! — A única coisa que temos visto é muita demagogia e tentativas, isso sim, para dividir os democratas e o povo.

É verdade que os fascistas se debatem numa crise profunda: é verdade que estão divididos sobre a tática a seguir; é verdade que novas e grandes perspectivas de luta se abriram ao povo português

com o desaparecimento de Salazar da cena política.

Não será, entretanto, ficando de braços cruzados que poderemos vencer, mas sim lançando-nos com audácia numa ofensiva em todas as frentes. — Esta é a única garantia de vitória".

(...) Com entusiasmo pelo êxito da campanha "45 dias para 100.000 francos"! SERVIR POR TODAS AS FORMAS POSSÍVEIS A LUTA NO INTERIOR!

É a palavra de ordem que deve unir, organizar e mobilizar todos os portugueses imigrados.

TRABALHADORAS E TRABALHADORES, JOVENS, DESERTORES E REFRATÁRIOS, ESTUDANTES E INTELLECTUAIS! POR TODA A PARTE E IMEDIATAMENTE, FORMAI MAIS E MAIS COMITÊS DE AJUDA DO POVO PORTUGUÊS!

UNIDOS E CONFIANTES, AVANTE NA LUTA PELA LIBERDADE!"

Novas Bases Militares  
Americanas em Portugal ?

O governo do caudilho Franco vem discutindo há meses com Washington o problema da renovação do acordo que autoriza os Estados Unidos a manterem em Espanha várias bases aéreas. Ao que tem transpirado na imprensa internacional, as exigências de Franco seriam tão grandes que o governo norte-americano teria já iniciado negociações com Marcelo Caetano para a transferência das bases dos Estados Unidos para território português, já que o aliado salazarista é considerado mais dócil. Numa confirmação de que algo anda no ar, a imprensa caetanista noticia jubilosamente a provável transferência dessas bases ianques, cuja simples existência originou a tragédia de Palomares.

Chega-nos de Portugal a notícia de que a reação do povo português ao boato foi pronta e que, a confirmar-se a anunciada traição nacional da oferta de bases militares aos americanos, se iniciará imediatamente uma campanha de protesto, com o apoio da opinião pública internacional.

GETÚLIO  
TEMIA OS  
MILITARES ?

Em 1934, Vargas, temendo o domínio dos militares sobre o seu governo, reorganizou as forças políticas e convocou a Constituinte. Com esse golpe, desencadeou a crise no tenentismo e levou à derrota os militares que marchavam com ele desde 1930.

**A CRISE DO TENENTISMO**  
sexto volume da série O Ciclo de Vargas, de Hélio Silva, analisa e documenta esse período agitado da vida brasileira, predecessor dos movimentos que determinaram a insurreição de 1935 e o golpe de 1937.

**A CRISE DO TENENTISMO**  
Hélio Silva  
Preço: NC\$ 12,00



lançamento da  
**CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA**

RUA 7 DE SETEMBRO, 97 - RIO DE JANEIRO - GB.  
Atende-se a pedidos pelo Reembolso Postal.

MOÇÕES APROVADAS  
EM ASSEMBLÉIAS DE  
TRABALHADORES

Em vários pontos da França e particularmente na cintura operária de Paris, realizaram-se em outubro assembleias de trabalhadores portugueses anti-fascistas para discutir a situação criada em Portugal e coordenar a participação dos democratas emigrados na luta pelo derrubamento da ditadura.

Publicamos abaixo o texto da Moção por aclamação aprovada numa dessas assembleias, realizada em Pantin e dirigida ao "presidente" Américo Tomás:

"Um numeroso grupo de portugueses imigrados reunidos em Assembleia pública na comuna de Pantin, arredores de Paris, ao apreciar a atual situação política em Portugal, criada com o desaparecimento de Salazar da cena política considera:

a) Que o regime salazarista tem sido profundamente nefasto ao povo português e ao país;

b) Que o novo governo de Marcelo Caetano, que se propõe continuar o salazarismo, mesmo sem Salazar, apesar das suas promessas de "reformas" e de "tolerância" se vem revelando igualmente nocivo;

c) Que o povo português nada tem a esperar desse governo, a não ser a continuação da mesma política de exploração dos trabalhadores e demais camadas laboriosas, a continuação da guerra colonial, a repressão inexorável sobre os democratas e de todos

os legítimos representantes do povo e a sujeição crescente ao imperialismo estrangeiro.

Em consequência, todos os presentes dirigem-se ao Presidente da República Portuguesa, Almirante Américo Tomás e exigem:

1.º — Que sejam imediatamente libertados todos os portugueses presos por motivos políticos e que seja decretada uma anistia geral.

2.º — Que se entre em negociações com os povos de Angola, Guiné e Moçambique, se ponha termo às guerras coloniais e se conceda a independência aos povos das respectivas colônias.

3.º — Que se promova um aumento geral de salários e se melhore as condições de vida dos trabalhadores.

4.º — Que se realizem eleições livres onde o povo português possa escolher o governo que desejar, um governo que assegure o bem-estar do povo, que restaure as liberdades públicas, que ponha termo à famigerada PIDE e à censura, que decrete a Anistia aos presos e exilados políticos, que acabe com a guerra colonial, e que liberte o País da ingerência do capital e do imperialismo estrangeiros".

Uma assembleia semelhante, reunida em Morsang-sur-Orge, com a participação de grande número de trabalhadores redigiu e elaborou um documento em que são feitas exigências que refletem uma idêntica determinação de luta e uma consciência perfeita de que é necessário barrar o caminho ao salazarismo sem Salazar já denominado de caetanismo.

COLONIALISMO E  
ANTICOLONIALISMO

## GUINÉ

BOMBARDEAMENTO DE  
BOLAMA

Segundo as últimas informações recebidas dos nossos correspondentes africanos, a luta na Guiné está assumindo uma feição cada vez mais desfavorável para o colonialismo português. No momento em que o sr. Marcelo Caetano empreendeu a "ronda dos quartéis", o PAIG desfechou uma série de ataques devastadores contra todas as posições que restam no Continente ao exército português.

Os meses de Setembro e Outubro caracterizaram-se por intensa atividade militar. Entre as ações mais importantes desencadeadas pelos patriotas guineenses conta-se o bombardeamento da cidade de Bolama, antiga capital da colônia. A guarnição foi colhida completamente de surpresa, pois, pelo fato de a cidade se encontrar numa ilha, o comando militar nunca tomara as precauções elementares, sem atender ao facto de que dada a pequena distância que a separa do Continente, toda a zona urbana pode ser atingida a partir da terra firme. O bombardeamento foi realizado por uma unidade de artilharia do Exército de Libertação, instalada em São João. Além das instalações militares propriamente ditas, o fogo dos canhões do PAIG atingiu vários edifícios públicos, incluindo a residência oficial do administrador colonial. Simultâ-

neamente o campo entrincheirado de São João era também violentamente bombardeado.

DOIS AVIÕES ABATIDOS

Como o P.A.I.G. dispõe agora de importantes unidades móveis dotadas de peças anti-aéreas de médio alcance, os bombardeamentos aéreos das zonas libertadas tornaram-se menos frequentes.

Recentemente, dois caças-bombardeiros a jacto Fiat-91, vendidos a Portugal pela República Federal Alemã foram atingidos pelo fogo da DCA guineense no sector de Quebo. Um dos aviões despenhou-se imediatamente, indo cair perto da ponte de Balana. O outro, muito avariado, conseguiu chegar a Bissau, mas, ao tentar a aterragem, ficou completamente destruído antes de atingir a pista, ao chocar-se com o solo.

OUTRAS OPERAÇÕES

Entre os campos entrincheirados ultimamente atacados figuram os de Catió, S. Domingos, Suzana, Sarabanda, Missirá, Cuntima, Encheia, Biambi, Xime, Xitole, Ponta do Inglês e Porto Gole.

O porto de Ganjola foi atacado e grande parte das suas instalações destruídas. Em várias emboscadas, nas frentes Sul e Leste, foram destruídos oito veículos motorizados do Exército português que sofreu 38 mortos durante os combates travados.

# Aprovadas sanções contra Portugal nas Nações Unidas

NAÇÕES UNIDAS (Do Correspondente) — A XXIII Assembleia Geral da ONU aprovou no dia 7 de Novembro uma Resolução tornando extensivas a Portugal e à África do Sul as sanções económicas já aplicadas, pelo menos teoricamente, à Rodésia. A proposta obteve 86 votos, tendo havido 19 abstenções. Votaram contra, além de Portugal e a África do Sul, a Austrália, a Bélgica, os Estados Unidos, a Holanda, o Luxemburgo, a Nova Zelândia e a Inglaterra. O Brasil absteve-se.

O embaixador Bonifácio de Miranda, falando no dia seguinte, em nome do governo do sr. Marcelo Caetano, reafirmou de modo enfático que Portugal não concederá a independência a suas "províncias ultramarinas", acrescentando que esses territórios constituem "a base da Nação portuguesa". Dirigindo-se, depois, à Comissão de Mandatos declarou que estava autorizado pelo seu governo a informar que "não haverá mudanças fundamentais na administração de Angola, Moçambique e Guiné". O discurso do diplomata fascista foi várias vezes interrompido por membros da assembleia, nomeadamente pelo representante da Tanzânia, embaixador Foun, que acusou o colonialismo português de ser "a mais desprezível forma de governo hoje existente no mundo".

Simultaneamente, o governo da República de Zambíia acusava o do sr. Marcelo Caetano da violação do seu território por forças armadas portuguesas, na região de Katete, na fronteira de Moçambique. O embaixador Nwaanga, ao apresentar a denúncia, em nome do governo de Lusaka, esclareceu que o comandante da unidade portuguesa, que violou a fronteira, morreu, tendo ficado feridos quatro soldados.

## OUTRA EXPRESSIVA CONDENAÇÃO DO COLONIALISMO

No dia 15 de Novembro quarenta e um países africanos e asiáticos, juntamente com a Iugoslávia, submeteram à Comissão de Territórios não autônomos um projeto de Resolução que repete e amplia os aprovados em anos anteriores sobre a questão da concessão da independência às colônias portu-  
sas. A linguagem desse texto diferencia-se entretanto das precedentes. Mediante o recurso a uma fraseologia menos contundente procurou-se obter, o que foi conseguido, a adesão da quase unanimidade das delegações. Apesar de todas as manobras que os Estados Unidos e a Inglaterra fizeram para dificultar a votação, o projeto foi apreciado pelo plenário no dia 20 de Novembro e aprovado por esmagadora maioria — a maior até agora obtida em qualquer texto visando o colonialismo português. Além de Portugal, apenas a África do Sul e o Brasil — o que causou certa surpresa — se pronunciaram contra a Resolução. Os Estados Unidos, a

Inglaterra, a França e a Itália abstiveram-se. Após o debate a Resolução foi aprovada por 96 nações. O texto exige que Portugal altere a sua atual política colonialista, atendendo às recomendações da ONU para que conceda a independência aos povos dos seus territórios africanos. A Resolução condena as repetidas violações da soberania e integridade de Estados africanos vizinhos e critica a política de discriminação racial e económica praticada em benefício dos colonos portugueses e detrimento das populações africanas autóctones. Embora não haja entre as delegações presentes à XXIII Assembleia Geral ilusões

quanto às consequências práticas das Resoluções dos dias 7 e 20 de Novembro, os observadores políticos salientam que a aprovação dos dois textos representa uma grave derrota para o governo de Lisboa, na medida em que desmascara os esforços do sr. Marcelo Caetano para se apresentar como um político "liberalizante". A defesa que o embaixador Bonifácio de Miranda fez da política colonial fascista de Lisboa, veio provar que as estruturas do colonialismo português não serão modificadas por Marcelo Caetano. O novo chefe da ditadura é um partidário convicto da continuação da guerra colonial e da política de genocídio dela indissociável.

Embora não haja entre as delegações presentes à XXIII Assembleia Geral ilusões

quanto às consequências práticas das Resoluções dos dias 7 e 20 de Novembro, os observadores políticos salientam que a aprovação dos dois textos representa uma grave derrota para o governo de Lisboa, na medida em que desmascara os esforços do sr. Marcelo Caetano para se apresentar como um político "liberalizante". A defesa que o embaixador Bonifácio de Miranda fez da política colonial fascista de Lisboa, veio provar que as estruturas do colonialismo português não serão modificadas por Marcelo Caetano. O novo chefe da ditadura é um partidário convicto da continuação da guerra colonial e da política de genocídio dela indissociável.



EM BEJA:  
TABOLETAS EM ALEMÃO

Dentro do processo de germanização de Beja, até os letreiros das lojas mudam. Os institutos de beleza, para atender a sua clientela alemã, ostentam agora dizeres na língua falada pelas mulheres dos militares prussianos. Felizmente que nas ruas de Beja a polícia não consegue apagar outros dizeres: FORA COM OS ALEMÃES! Esses ressurgem todos os dias!

## Resoluções do Comité Central da Frente de Libertação de Moçambique

De 25 de agosto a 1 de setembro de 1968, o Comité Central da FRELIMO reuniu-se a fim de organizar novas linhas de ação, de acordo com as resoluções do Segundo Congresso. O Congresso deu um novo caráter ao Comité Central. Primeiramente era composto dos Secretários dos Departamentos e seus assistentes e tinha funções legislativas, executivas e judiciais. Agora, de acordo com a estrutura estabelecida pelo Congresso, o Comité Central tornou-se um órgão estritamente legislativo. Os seus membros aumentaram de 20 para quase 40, compreendendo os Secretários Provinciais, representantes das organizações de massa e membros eleitos pelo Congresso. Na sua primeira sessão após o Congresso, o Comité Central analisou o trabalho de todos os Departamentos, modificou a estrutura de alguns deles e aprovou o seu programa de ação.

Assim, no que diz respeito ao Departamento de Defesa, foi criado um alto Comando Militar e também um Comité Disciplinar e uma Corte Marcial.

O Comité Executivo recebeu a responsabilidade de organizar visitas das delegações militares da FRELIMO aos países amigos, com o fim de trocar experiência e consolidar os laços de solidariedade.

Campanhas intensivas para obter equipamento militar, unifor-

mes, alimentos e remédios foram planejadas.

Ficou decidido que todos os oficiais da FRELIMO e suas famílias, devem receber treinamento político e militar. 25 de setembro foi declarado o Dia do Exército Popular de Moçambique.

No Departamento de Organização, o Comité Central reafirmou a necessidade desse departamento de intensificar a organização política do povo, de expandir e consolidar as estruturas políticas da FRELIMO.

Compreendendo a importância da informação e propaganda para a mobilização do povo, o Departamento de Organização foi solicitado a trabalhar em estreita cooperação com o Departamento de Informação e Propaganda.

A situação dos refugiados Moçambicanos no campo de Refugiados foi analisada. Verificou-se que a maioria desejava cada vez com mais intensidade voltar a participar da luta. Portanto, o Departamento de Organização recebeu instruções para criar seções da FRELIMO nos campos de Refugiados e para promover o repovoamento dos arredores, nas áreas libertadas de Moçambique.

O Departamento de Assuntos Externos foi solicitado a difundir a informação da nossa luta aos outros países, em cooperação com o Departamento de Informação e Propaganda.

De acordo com uma resolução específica do II Congresso o Departamento de Assuntos Externos ficou encarregado dos estudos dos meios efetivos para intensificar as nossas relações com os movimentos nacionalistas das outras colônias portuguesas e com os outros movimentos de liberalização africana.

Notou-se com satisfação que os comitês de apoio à luta do povo moçambicano foram criados em muitos países, até mesmo ultimamente nos países ocidentais. Um apoio e uma apreciação todos especiais foram expressos a esses comitês.

Cientes de que a estrutura presente da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONP) não mais correspondia ao desenvolvimento da luta de libertação nas

Colônias Portuguesas, o Comité instruiu o Comité Executivo para propor uma nova estrutura a fim de submetê-la a outros membros do CONP.

O Departamento Político foi criado em Outubro, 1966. A sua criação foi o resultado do rápido crescimento da nossa luta de libertação que requereu um elemento mais científico no nosso trabalho. No entanto, até agora os alvos, funções e estrutura deste Departamento ainda não foram claramente definidas. Isso foi feito na última reunião do Comité Central. Confirmou-se que o alvo do Departamento Político era estudar os problemas da luta para a libertação nacional, nos seus aspectos teóricos e ideológicos. O Departamento Político fará estudos sobre tópicos importantes referentes a Moçambique: sociais, económicos, políticos, etc. de acordo com o desenvolvimento desta luta.

O papel da Informação e Propaganda foi considerado muito importante na nossa Revolução, principalmente na mobilização das pessoas para a luta. Ficou decidido aumentar o trabalho deste Departamento, de modo a responder às necessidades da luta. Uma ênfase especial foi dada à urgência de soltar panfletos nas línguas nativas de Moçambique.

O bem-estar das populações nas áreas libertadas é uma de nossas maiores preocupações. Para tratar deste problema existe o Departamento de Negócios Sociais. O Comité Central decidiu que os centros de assistência e produção para a guerra que foram desmantelados deveriam ser transferidos para Moçambique; que das capacidades das nossas organizações deveria ser dada assistência às famílias dos patriotas que se sacrificaram pela causa da libertação nacional... que uma campanha especial para mobilizar os refugiados africanos de Moçambique que procuraram refúgio fora de Moçambique, deveria ser organizada, a fim de encorajá-los a voltar à sua terra; que os secretários provinciais estudem o problema do casamento dos militantes da FRELIMO, baseando o seu estudo nos costumes regionais e nas tradições; Comitês Judiciais deveriam ser criados nas províncias,

sob controle da FRELIMO para solucionar os problemas jurídicos e sociais do povo.

O Departamento de Finanças e Tesouro era primeiramente responsável por todas as atividades ligadas ao comércio, agricultura e cooperativas. No entanto, comprovou-se ser impossível para um simples Departamento operar eficientemente com todos os complexos problemas financeiros da nossa organização mais estas atividades. Além disso, o Comité Central decidiu criar um novo Departamento, que seria chamado o Departamento de Produção, Comércio e Cooperativas. Algumas das tarefas imediatas do novo Departamento serão: a) estudar, em cooperação com o Departamento Político o modo como as cooperativas devem funcionar em Moçambique e traçar um plano de ação de acordo com isso; b) estudar atividades comerciais e cooperativas a novas zonas; c) procurar uma solução para o problema de permuta no interior; d) estudar as possibilidades comerciais com outros países.

Os problemas de educação e cultura receberam especial atenção do Comité Central. A abertura de novas frentes militares e políticas nas zonas avançadas, particularmente em TETE, necessita da expansão das nossas atividades educacionais, de modo a poderem cobrir essas novas áreas.

No que diz respeito à educação primária, o Comité Central determinou que o Departamento de Educação e Cultura deveria: a) continuar o seu programa para aumentar o número e o nível técnico dos professores; b) executar o seu plano de fazer mais livros de texto; assegurar uma frequência regular às aulas, pelas crianças das zonas libertadas.

Quanto à instrução secundária, o Comité Central decidiu que: a) Escola Secundária da FRELIMO fosse registrada no Ministério da Educação da U. R. da Tanzânia; se continue usando a língua portuguesa como um meio de instrução; se filie a Escola Secundária da FRELIMO com um sistema internacional de escolas secundárias; a admissão de professores não moçambicanos seja primeiramente discutida com os Departamentos Político e de Segurança e

(Continua na pág. 7)

## A Campanha de Denúncia do Fascismo

O interesse despertado pela série de Conferências promovidas em Setembro pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sobre a conjuntura portuguesa e durante a qual democratas portugueses fizeram um levantamento da terrível herança de 42 anos de fascismo, traduziu-se em numerosos convites para que palestras sobre alguns dos temas tratados fossem feitas em estabelecimentos de ensino de várias cidades, para esclarecimento da juventude estudantil brasileira.

Assim, correspondendo a um desses convites, o nosso companheiro Joaquim Barradas de Carvalho, realizou no dia 8 de Novembro uma conferência na Fa-

culdade de Filosofia, Ciências e Letras de Taubaté durante a qual analisou a situação criada pelo desaparecimento de Salazar da cena política e desmascarou o salazarismo sem Salazar, detendo-se na análise dos aspectos políticos, económicos e coloniais da conjuntura.

Por outro lado, o nosso companheiro Miguel Urbano Rodrigues compareceu no dia 22 de Novembro no Colégio de Aplicação de São Paulo, a convite da direção daquele estabelecimento e debateu durante duas horas com os alunos os problemas suscitados pela sucessão de Salazar, denunciando o caráter mistificador da política de Marcelo Caetano, e esclarecendo de modo particular questões ligadas à guerra colonial.

# Pela anistia e contra a repressão

## FAMÍLIAS DE PRESOS RECLAMAM SUA LIBERTAÇÃO

A luta pela anistia e contra a repressão ganha novas dimensões em Portugal. Interpretando os mais profundos sentimentos do povo, os democratas portugueses do interior e do exterior, têm colocado à cabeça das suas reivindicações, face ao novo governo, a anistia total para os presos, perseguidos e exilados políticos, como primeira medida para a democratização do país.

No interior, são as famílias dos presos que tomam a dianteira desta luta. Recentemente, dezenas de familiares de presos políticos reuniram-se em frente ao Ministério do Interior, enquanto uma Comissão entregava ao secretário do Ministro, por quem foi recebida, um documento, firmado por milhares de pessoas, reclamando a libertação dos presos.

As autoridades fascistas e os seus propagandistas internos e externos, pretendem fazer crer que o fato do secretário do Ministro Gonçalves Rapazote ter recebido a Comissão de familiares dos presos, é revelador de uma nova disposição do governo em atender às reclamações populares. Porém, os portugueses sabem que só pela luta conquistarão a liberdade dos presos políticos. A demagogia dos Marcelos e dos Rapazotes, o povo e os democratas devem opor a mais firme disposição de arrancar das prisões os melhores filhos de Portugal.

## FRANCO LIBERTA TRÊS ANTI-FASCISTAS PORTUGUESES

Os militantes anti-fascistas portugueses JÚLIO ALVES, FRANCISCO SERUCA DE CARVALHO e JOSÉ PAULO MATIAS, que tinham sido presos em Janeiro deste ano, na fronteira franco-espanhola, foram libertados em 23 de Outubro p.p., após ter passado 10 meses nas masmorras franquistas. Seguiram para a Argélia, cujo governo lhes havia concedido asilo político.

A libertação destes três anti-fascistas portugueses, membros da L.U.A.R., é uma vitória da unidade de ação dos democratas portugueses contra a repressão fascista e da solidariedade da opinião pública internacional a favor da liberdade do povo português. Cabe salientar também a atitude do governo da República Democrática e Popular da Argélia, que havia oferecido asilo aos militantes anti-fascistas detidos pelas autoridades franquistas, como uma prova concreta da solidariedade atuante em favor dos que lutam contra o regime fascista e colonialista que oprime o povo de Portugal.

## NOVAS PRISÕES

A PIDE, no seu afã de manter o regime intacto, continua a sua obra sinistra de terror. Ela sabe, melhor que alguns democratas, que as estruturas do Estado Novo dependem da preservação do poder dos monopólios nacionais e internacionais. E, para a defesa dos mesmos, há que liquidar a imprensa realmente livre, que existe em Portugal, a imprensa clandestina e os quadros que a mantêm.

A prisão do patriota Francisco Canais e de outros militantes anti-fascistas que atuavam na clandestinidade, assim como a apreensão de uma tipografia clandestina, onde eram impressos jornais populares, é anunciada como grande vitória do fascismo. Porém, as forças populares que

atuam na clandestinidade, deram já sobejas provas, ao longo de 42 anos de ditadura, da sua capacidade organizativa e técnica. Novas tipografias serão montadas, novos combatentes tomarão o lugar dos que caíram na luta, até à conquista da legalidade e liberdade.

Francisco Canais e os militantes anti-fascistas presos estão sendo vítimas das mais cruéis torturas. Tal como os membros integrantes do comando da LUAR, presos em Agosto, um dos quais já foi assassinado, o jovem Daniel de Souza Teixeira, a vida destes patriotas corre perigo. Há que lutar pela defesa de sua vida e libertação. Apelamos para a opinião pública internacional, para as organizações estudantis e sindicais, no sentido de exigirem do governo fascista de Marcelo Caetano um tratamento humanitário para os patriotas portugueses recentemente presos, como Francisco Canais, Inácio Palma e outros.

## SALVEMOS AFONSO GREGÓRIO!

Este grito vem das prisões fascistas e corre mundo. A Comissão de Solidariedade aos Presos Políticos Portugueses, de Paris, acaba de editar um folheto sob o título "Salvemos Afonso Gregório", onde se pede a intervenção rápida e enérgica a favor da libertação deste heróico operário vidreiro da Marinha Grande, há 9 anos preso.

Afonso Gregório encontra-se no hospital-prisão de Caxias, num estado de saúde alarmante. Sofre de graves perturbações nervosas, que poderão ser-lhe fatais se permanecer mais tempo nas mãos dos carcereiros fascistas. Juntamos o nosso apelo ao dos seus companheiros presos e democratas portugueses de Paris. Exclamamos das autoridades fascistas a imediata libertação de Afonso Gregório, escrevendo para o Presidente da República (Palácio de Belém — Lisboa — Portugal) e Ministro da Justiça (Terreiro do Paço — Lisboa, Portugal).

## SETE CONDENACÕES NO PLENÁRIO DE LISBOA

Por não termos ainda recebido notícias diretas dos nossos correspondentes sobre um dos últimos julgamentos realizados em Lisboa em que severas penas foram impostas aos acusados — publicamos abaixo o texto que no Brasil a agência inglesa Reuters distribuiu à imprensa sobre essa farsa. Cabe salientar que essas condenações foram aplicadas no próprio dia em que a volta de São Tomé do dr. Mário Soares era ingenuamente interpretada por certos órgãos da imprensa internacional como prova das tendências "liberalizantes" de Marcelo Caetano.

LISBOA, 12 (Reuters) — Fernando Brederodes Rodrigues dos Santos, jornalista de 27 anos de idade, foi hoje condenado a 4 anos e meio de prisão, por atividades subversivas, como membro da Frente de Ação Popular, grupo ilegal. Rodrigues dos Santos foi um dos sete membros da Frente de Ação Popular condenados, depois de um julgamento iniciado a 22 de Outubro nesta capital. O grupo foi acusado de tentativas de derrubar o governo, roubo de armas de depósitos militares, ajuda a desertores para que deixassem o país e distribuição de propaganda subversiva entre 1960 e 1967.

Outro acusado, Alexandre José Alinho Martins de Oliveira, es-

tudante de direito, de 22 anos, foi condenado a 3 anos e meio de prisão. Outros condenados foram: Jorge Manuel Marques, de 21 anos, relações públicas, a 20 meses de prisão, Antonio de Sousa Almeida, de 30 anos, identificação apenas como empregado, a dois anos de prisão — Carlos Alberto Furtado, de 27 anos, comerciante, a 18 meses de prisão. Um dos acusados, Rui Lopes Cardoso, estudante, de 21 anos, foi condenado a 14 meses de prisão, com direito a suspensão da execução da pena.

## "A CAPITAL" PEDE UMA AMNISTIA GERAL

O vespertino "A Capital", dirigido por Norberto Lopes, poucos dias depois do regresso a Lisboa do advogado Mário Soares publicou um Editorial que causou tal sensação na capital portuguesa que a sua edição se esgotou rapidamente. O artigo em causa, aliás curto, fazia uma sugestão que sensibilizou profundamente o País: a concessão de uma amnistia geral aos presos políticos, por ocasião do Natal.

Houve quem estranhasse que a censura tivesse recebido instruções para permitir a publicação do editorial, mas, em face da resposta indirecta que o governo lhe deu já, os observadores mais lúcidos inclinam-se a acreditar que Marcelo Caetano aproveitou a iniciativa, dignificante e humanitária, da "Capital" para lançar mais uma das suas manobras misticificadoras. É sintomático que, menos de 48 horas decorridas sobre a publicação do artigo de Norberto Lopes, a PIDE tenha distribuído à imprensa nacional e internacional um comunicado repleto de falsidades. Nesse texto — embora sem se aludir à sugestão de uma amnistia — pretende-se que não há em Portugal senão 39 presos políticos, dos quais 10 seriam militantes da L. U. A. R. recentemente presos, havendo também vários elementos subversivos aguardando julgamento. A dar-se crédito ao amontoado de mentiras da PIDE, os presídios portugueses estariam praticamente vazios e Portugal seria justamente um dos países do mundo com menor percentagem de condenados políticos. As listas, com datas e nomes, divulgadas em todo o mundo pelos antifascistas portugueses e pelos Comités nacionais de Amnistia aos Presos Políticos Portugueses valem, entretanto, por um dementido irresponsável oposto à estúpida manobra do binómio PIDE-Marcelo Caetano. Não há, aliás, uma palavra no comunicado para as centenas de presos que definham no Tarrafal, na Ilha das Galinhas e em outros presídios das "provincias ultramarinas". Como resposta à PIDE os antifascistas do Interior aguardam que se dê no Estrangeiro a máxima divulgação às listas de todos os democratas que se acham encarcerados nas masmorras da polícia e do governo agora dirigidos pelo sr. Marcelo Caetano.

De qualquer modo, a sugestão da "Capital", encontrou extraordinária receptividade. O povo acolheu a ideia da amnistia e não deu a menor atenção ao arazoado da PIDE. Em todo o País esboça-se uma campanha, cuja palavra de ordem é: AMNISTIA IMEDIATA PARA OS PRESOS POLÍTICOS!

# Graves acusações em manifesto da L.U.A.R.

Intransigentemente e a uma política de unidade actuada entre todas as forças anti-fascistas, "Portugal Democratico" abstem-se, por princípio, de dar publicidade a tomadas de posição, artigos e opiniões que possam ferir essa mesma unidade.

Quebramos hoje essa norma — como já o fizemos em ocasiões excepcionais — para transcrever algumas passagens de um longo documento distribuído à imprensa internacional e divulgado em Portugal pela Liga de União e de Acção Revolucionária (L.U.A.R.), porque no referido documento é abordado um problema que interessa a todos os democratas portugueses e envolve o bom nome e a dignidade da Oposição anti-fascista no seu conjunto: o destino do dinheiro retirado do Banco de Portugal na Figueira da Foz pelo comando da L.U.A.R. em 17 de Maio de 1967.

Depois de referir as circunstâncias em que um grupo de militantes seus foi detido em agosto p.p. ao passar a fronteira, em Trás-os-Montes e de analisar aspectos ligados às atividades da L.U.A.R., o documento, datado de setembro p.p., diz:

"É preciso dizer toda a verdade. É preciso portanto prestar contas ao Povo, do dinheiro que recuperámos na Figueira da Foz.

O montante desta recuperação foi de cerca de 29.200 contos, dos quais só 4.700 se podiam utilizar sem perigo, uma vez que o restante era constituído por notas de que a PIDE possuía o número que comunicou a todos os Bancos Nacionais e estrangeiros.

Acusando de ladrões os 4 fundadores da LUAR, Inácio Palma, Luis Benvido, Camilo Tavares Mortágua e António Barracosa, que participaram na operação da Figueira, a PIDE conseguiu que os dois primeiros fossem presos em França. No entanto os tribunais acabaram por considerá-los não como ladrões mas pessoas que tinham actuado ao serviço de uma organização Política e pô-los portanto em liberdade.

Perseguidos pela Interpol desde a sua chegada a França, aqueles dirigentes da LUAR procuram pôr a salvo o dinheiro. E assim, tendo conhecido o Dr. Emídio Guerreiro e os seus amigos José Augusto Seabra e Fernando Echevarria, pessoas que lhes eram indicadas como sérias, não tiveram dúvidas em lhes confiar uma parte das notas marcadas e 100.438 US. dólares, mais 41.000\$00 em moeda portuguesa corrente. Desse dinheiro, foram restituídos à LUAR para despesas de organização, cujo detalhe será apresentado em tempo oportuno, a quantia de 41.100 US dólares aproximadamente.

Neste momento, o Dr. Emídio Guerreiro e os seus colaboradores

continuam depositários de cerca de 1.955 contos pertença da LUAR. Contra tudo o que seria de esperar de pessoas tidas como honestas, estes indivíduos recusam-se a devolver esse dinheiro. A sua resposta tem-se mantido insistentemente negativa perante os pedidos feitos pelos dirigentes e fundadores da LUAR, Camilo T. Mortágua, António Barracosa e Luis Benvido que são, juntamente com Inácio Palma, agora nas garras da PIDE, os participantes directos e únicos responsáveis da acção de recuperação do dinheiro do Banco da F. da Foz e de todas as acções realizadas pela LUAR.

A LUAR, por decisão unânime dos seus dirigentes e quadros responsáveis, considera muito grave esta atitude. A LUAR, considera que ela é tomada deliberadamente para impedir a luta revolucionária que já demonstrou estar disposta a levar a cabo.

A LUAR traz este facto a público não porque, como se tornou tradicional nas organizações políticas da oposição, escolha o caminho do escândalo, do lavar da roupa suja.

Tais processos não poderiam ser seguidos por quem vê que a única luta válida é a realizada na acção e não nos papéis.

Porém, consciente da gravidade deste facto, a LUAR não podia deixar de o tornar público antes de aplicar, em momento oportuno, as sanções revolucionárias que o comportamento daqueles indivíduos requer."

O documento termina com manifestações de confiança no combate travado pela L.U.A.R.

## Pequenas Notícias

● Um dos órgãos da alta finança europeia que se congratulou com a nomeação de Marcelo Caetano para a sucessão de Salazar foi o Financial Times, de Londres. O conhecido jornal, porta-voz autorizado das grandes empresas monopolistas britânicas recordou que Marcelo Caetano é um partidário convicto da «Aliança Anglo-Lusa» (leia-se subordinação dos interesses portugueses aos ingleses e que em trabalho publicado sustentou a opinião de que essa aliança deve ser mantida «aconteça o que acontecer».

● A peça de Peter Weiss, «Canção do Espantalho Lusitano», já encenada com êxito na Suécia, na Alemanha, na Suíça, na Venezuela, em França e nos Estados Unidos, foi apresentada durante o XII Festival de Música e Teatro que se realizou em Berlim (RDA) em outubro p.p. O espectáculo foi montado pelo Teatro Popular de Rostock no «Berliner Ensemble», o famoso teatro de Bertold Brecht.

● A «Neue Berliner Illustrierte», publicou um artigo sobre Portugal intitulado «Sossage enganador» em que, além de referir a campanha em curso pela libertação de Mário Soares, analisa questões relacionadas com a guerra colonial, a existência de bases militares da NATO em Portugal, a greve dos trabalhadores da Carris e dos pescadores de Matosinhos e, de modo geral, a resistência popular contra o fascismo.

## A XXIII Assembleia Geral da ONU responde aos Democratas Portugueses

O Memorial dirigido pelas organizações democráticas portuguesas do Brasil, Canadá, Uruguai, Venezuela, Argentina e Estados Unidos ao presidente da XXIII Assembleia Geral das Nações Unidas, embaixador Emilio Arenales, foi levado ao conhecimento de todas as delegações representadas naquele conclave.

Em carta endereçada à Unidade Democrática Portuguesa de São Paulo, o sr. Jean Gazarian, alto funcionário da Secretaria Geral da ONU comunicou o encaminhamento e distribuição do texto em causa.

A imprensa de São Paulo e Rio, que havia noticiado com relevo a iniciativa das organizações anti-fascistas portuguesas do Continente Americano, publicando a íntegra do Memorial, referiu-se posteriormente à carta do sr. Gazarian, lembrando que os signatários do documento, além de pedirem a retirada do exercito de 150.000 homens que Portugal mantém nas suas três principais colónias, sugeriam a aplicação de sanções ao governo colonialista de Lisboa.

# O CARDEAL CONTRA O CLERO PROGRESSISTA

LISBOA (Do correspondente) — O Reitor do Seminário de Cristo-Rei, nos Olivais, Reverendo Cônego Abílio Tavares Cardoso, o Vice-Reitor Padre José Maria Henriques, os padres Antonio Henrique Tomás de Oliveira, Artur Lemos de Azevedo, Henrique Wiborg Pereira Torres, Fernando da Piedade Melro e Luis dos Santos Moita, professores dessa instituição religiosa, demitiram-se por considerarem que não poderiam continuar formando os futuros padres dentro do espírito retrógrado que tem caracterizado até agora os métodos pedagógicos desse estabelecimento de ensino. Oficialmente, segundo a circular que os padres demissionários distribuíram aos seus alunos, e que estes publicamente aprovaram, a razão da demissão é a seguinte: "Prosseguir na nossa tarefa de formadores dos novos padres tornou-se-nos impossível sem a solene garantia de haver confiança nos nossos métodos, contra a persistente onda de difamação e de fácil crítica, tornou-se-nos impossível sem o início de uma profunda revisão pastoral que abra a comunidade diocesana para a aceitação de um novo tipo de padre numa igreja renovada, tornou-se-nos impossível sem o revigoramento da própria equipe dos padres do seminário, fazendo-nos verdadeiramente responsáveis das suas tarefas, tornou-se-nos enfim impossível sem a superação de um quadro de seminário estabelecido segundo a fórmula tridentina, por mais modernizada que seja".

O Cardeal Patriarca de Lisboa resolveu este problema da Igreja como sempre fez anteriormente: aceitou a demissão dos sacerdotes e publicou um comunicado no qual afirma untuosamente que compreende que "era demasiado penoso para eles colaborar numa obra (a de formação de sacerdotes) segundo critérios que não perfilhavam totalmente". Tudo portanto, espera o Cardeal Cerejeira, continuará como dantes. A posição assumida pelos professores demitidos relaciona-se com o funciona-

mento da Universidade Católica de Lisboa, a inaugurar no dia 29 de novembro, cuja orientação, dado o corpo docente escolhido, é contrária à onda de renovação que está varrendo a Igreja em Portugal. Os alunos do Seminário de Cristo-Rei (cerca de 50, mais 35 estagiários) passarão a frequentar esta Universidade, recebendo assim o ensino reacionário que se tentava banir dos Olivais.

Entretanto, os círculos bem informados pensam que a crise desta vez não se resolverá como anteriormente, pois ela ultrapassa o plano puramente pedagógico, para alcançar proporções ao nível religioso e político. Com efeito, sabe-se que os sacerdotes demitidos se uniram ao Padre Felicidade de Alves, pároco de Santa Maria de Belém e de S. Francisco Xavier, em Lisboa, conhecido pelas suas posições de revolta contra o fascismo português. Recordamos que o padre Felicidade denunciou nos últimos meses, nos seus sermões na Igreja dos Jeronimos, a política do Estado Novo, principalmente nos planos social e colonial. Os sermões do padre Felicidade eram tão concorridos e o seu conteúdo tão subversivo, que o Cardeal Cerejeira infligiu-lhe, como castigo, a remoção paroquial. Entretanto, o padre rebelde não se calou e replicou enviando ao Cardeal algumas cartas, nas quais denuncia a

## Notas e Comentários

(Continuação da pág. 3)

têrmos da Igreja", quando tudo isso acontece simultaneamente, pode dizer-se que nos achamos perante uma situação precursora de uma crise.

De que forma essa crise evoluirá, é arriscado prognosticar. Já corre abertamente em Lisboa o rumor, cada vez mais insistente, de que o Cardeal Patriarca de Lisboa, apontado como principal responsável da submissão da Igreja ao fascismo, se demitiria, alegando a sua idade avançada, sendo substituído pelo Arcebispo de Milene.

Se não fôr acompanhada de profundas modificações, esta medida, pensam os católicos mais esclarecidos, não contribuirá para dar uma solução à crise. Ao salazarismo sem Salazar, que caracteriza a atual política portuguesa, passaria a corresponder, no plano da Igreja, o cerejeirismo sem Cerejeira. Da mesma forma que o primeiro não resolveu, nem poderá resolver, nenhum dos problemas nacionais, também o segundo não permitirá atender aos anseios dos que desejam uma Igreja renovada, livre finalmente do conluio com a Ditadura. Num como noutro caso, é a estrutura do sistema que é necessário mudar. Por

submissão da Igreja aos designs do fascismo português. Estas cartas têm corrido clandestinamente em Lisboa e são uma prova de que algo está mudando no seio da Igreja. Ameaçado de impedimento das práticas sacerdotais, se persistir nesta posição, o padre Felicidade replicou mais uma vez concedendo entrevistas à Imprensa, nas quais continua mostrando os prejuízos que advêm para a Igreja do apoio que concede à criminosa política colonial do Governo.

Os meios católicos seguem com crescente interesse a situação provocada pela demissão do corpo docente do seminário de Cristo-Rei e pela rebeldia do padre Felicidade, afirmando que não é de excluir, em consequência das repercussões que os dois casos estão obtendo, em Portugal e além-fronteiras, a demissão do velho Cardeal Patriarca de Lisboa.

NATAL DO PRESO POLITICO	
Com a relação que abaixo publicamos, iniciamos neste número, como habitualmente fazemos todos os anos, as contribuições para o "NATAL DO PRESO POLITICO".	NCr\$
"PORTUGAL DEMOCRATICO" .....	20,00
Centro Republicano Português .....	20,00
Miguel U. Rodrigues .....	10,00
Vitor Ramos .....	10,00
Manuel Moura .....	10,00
Manuel Soares .....	10,00
Helder Costa .....	10,00
Fernando Ramos .....	10,00
Alexandre Pereira .....	10,00
A. Santos .....	10,00
Juvenal de Oliveira .....	5,00
Mário de Oliveira .....	10,00
Joaquim José .....	10,00
Mário Bôdas .....	10,00
a transportar .....	155,00

isso, os católicos se desesperam e se apressam, conscientes de que, se assim não fizerem, tal-

vez se torne impossível evitar o total divórcio entre a Igreja e o povo português.

## DEMOCRATAS DE MONTREAL DIRIGEM-SE A CAETANO

O Movimento Democrático Português de Montreal, na Província canadiana de Quebec, enviou ao sr. Marcelo Caetano a carta que abaixo reproduzimos:

Sr. Prof. Marcelo Caetano: "Os democratas portugueses residentes no Canadá, tendo tido conhecimento de que V. Exa. ocupa hoje o lugar deixado vago pelo prof. Oliveira Salazar, sem que, para tal, tenha sido consultada a vontade do povo português, vêm protestar contra mais esta violação dos Direitos do Homem e exigir:

Que seja dissolvida a Assembleia Nacional, extinta a Câmara Corporativa e convocada uma Assembleia Constituinte para a elaboração de uma nova Constituição;

Que seja decretada uma total anistia de todos os delitos de caráter político, a libertação de todos os presos políticos e que se permita o regresso a todos os

exilados e deportados políticos do País;

Que sejam restabelecidos imediatamente as liberdades fundamentais e o respeito pelos Direitos Fundamentais do Homem, inscritos na Carta das Nações Unidas;

Que seja suprimida a Censura e dissolvida a PIDE;

Que sejam iniciadas já negociações com vistas a um cessar-fogo na Guiné, em Angola e Moçambique e a uma solução pacífica dos conflitos existentes nesses territórios com uma consulta popular dentro do princípio da autodeterminação dos povos.

aa) Renato Silva, Custódio Carrusca, Maria Silva, Maria Natalia Silva, Carmen Simões, Amelio dos Santos, Maria Carmo, Franklin Stanislau, João Ribeiro, Alberto Carvalhal, Maria Antunes e Samuel Guerreiro.

(Cont. da pág. 5)

que declarem num documento escrito, que concordam em trabalhar aceitando os princípios políticos da FRELIMO. O Departamento de Educação e Cultura foi também solicitado a estudar a possibilidade de estabelecer um sistema educacional para as escolas secundárias, baseado em exames regulares que permitam aos estudantes interromperem os seus estudos quando chamados pelas necessidades da luta, sem grande dano para a sua instrução.

A educação adulta deve ser intensificada de acordo com o programa do Departamento.

Quanto aos estudantes moçambicanos no exterior, o Comitê Central notou que muitos deles, estando ausentes por muitos anos, perderam contato com a Revolução. Ficou assim decidido que o Departamento de Educação e Cultura deveria organizar um programa para a sua reeducação política e reintegração na luta. E mais, o Comitê Central recomendou que as bolsas para estudos

no exterior sejam concedidas apenas a militantes ativos; e que a distribuição de bolsas seja baseada nas necessidades imediatas e a longo prazo da luta.

A natureza e funções do Instituto de Moçambique foram redefinidas pelo Comitê Central, para evitar confusão com a Escola Secundária da FRELIMO. A Escola Secundária é uma instituição que pretende educar os militantes da FRELIMO para a luta de libertação nacional. O Instituto de Moçambique é um centro para a obtenção de fundos cujo propósito é financiar e assistir os programas de educação, saúde, relações públicas e atividades da mulher através dos seus serviços técnicos. O Comitê Central achou que o Instituto de Moçambique deve continuar com autonomia judicial.

A Liga das Mulheres de Moçambique apresentou também o seu relatório. Com base nesse relatório, o Comitê Central congratulou as mulheres de Moçambique pela sua decisão de se engajarem na ação direta e de participarem em todas as tarefas da luta de libertação. O Comitê Central apoiou a decisão da LIFEMO de cuidar dos órfãos e das crianças cujas mães estão engajadas em tarefas revolucionárias e deu à presidência a devida responsabilidade de auxiliar a LIFEMO na procura de fundos para construir orfanatos e distribuir alimentos e roupas para crianças, etc.

## PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Otávio Martins de Moura

R. DE JANEIRO: Praça Floriano, 19 - 1.º - Tel.: 22-5686

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Murici, 712  
LONDRINA: Juno Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Heltor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul  
INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Pentiman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Mercedes Guerreiro — 107, rue Valaanderstraat — Valaanderstraat — Vilveede — Belgique

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.

CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association 357½ College St Box 153 Station B — Toronto 2 B — Ontário A. dos Santos

7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1 Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.123 — Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urad/Jindriská UL, C.14 Schrónka 646 — Praha 1 Tchecoslovaquie

FRANÇA: Grupo de Amigos de Portugal Democráticos — 2, Place François Villon — Escalier E — La Courveneuve — Seine — França

REDAÇÃO:

Rua Conselheiro Furtado, 191 Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

Caixa Postal 6248  
Composto na Editora ESCRITOS Limitada Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas  
Sábados: das 15 às 19 horas  
Número avulso . . . . . NCr\$ 0,20  
Assinatura anual . . . . . NCr\$ 3,00

ANO XII — N. 135 — DEZEMBRO 1968

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

## Telegramas de "Portugal Democrático" a M. Soares

Logo que no Brasil se soube, através das agências noticiosas, do regresso a Portugal do dr. Mario Soares, no dia 11 de novembro, o nosso jornal enviou-lhe o telegrama que a seguir publicamos:

"Em nome do jornal "Portugal Democrático" congratulamo-nos sua libertação, vendo nela uma vitória da campanha nacional e internacional. Encaramos seu regresso a Portugal como um estímulo para a luta unitária contra o regime, cujas manobras mistificadoras consideramos essencial continuar combatendo e denunciando até libertação de todos os presos políticos e criação de condições para a democratização do País".

O telegrama, que foi assinado pelo nosso companheiro Joaquim Barradas de Carvalho, em nome do Conselho de Redação, foi publicado com relevo pela imprensa de São Paulo.



## agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

# Dissolução da Assembleia Nacional, Eleição de uma Constituinte e Amnistia Geral

— EXIGIDAS A AMÉRICO TOMÁS

Nos últimos dias de Outubro foi entregue ao almirante Américo Tomás a representação cujo texto publicamos abaixo na íntegra, e que constitui uma iniciativa política de inegável significado. O documento recebeu centenas de assinaturas de democratas de todas as camadas sociais. Entre os signatários figuram individualidades como os advogados Armando Bacelar e Brochado Coelho, os escritores Oscar Lopes, José Régio e Egito Gonçalves, os arquitetos Lobão Vital, a engenheira Virgínia Moura, os médicos António Zuzarte Cortesão, Alfredo Ribeiro dos Santos e Júlio Gesta, os jornalistas António Brochado e João Arnaldo Maia, o ator João Guedes, etc.

O documento é do seguinte teor:

Exmo. Senhor Presidente da República:

Os signatários, todos cidadãos portugueses, ao abrigo do n.º 18 do art. 8.º da Constituição Política, que lhes confere o direito de representação ou petição perante quaisquer órgãos da soberania ou autoridades em defesa dos seus direitos ou do interesse geral, representam a Vossa Excelência o seguinte:

— A conjuntura nacional é sumamente grave.

Problemas de toda a ordem afligem os portugueses, de natureza económica, financeira, social, administrativa e política, de equilíbrio e sobrevivência internos e de relações internacionais.

Ao cabo de 36 anos de ação governativa sempre marcada pela forte personalidade do mesmo Presidente do Conselho de Ministros, o desaparecimento desse seu orientador constante abre uma crise de Poder sem precedentes.

A solução de tal crise não é mister apenas dum minoria de personalidades mais ou menos ligadas às esferas dirigentes, antes interessa e cabe a toda a Nação, cujo destino empenha.

A situação política que nos regeu nas últimas quatro décadas não logrou criar estruturas suficientemente representativas da vontade e soberania nacionais. Nisso reside a mais aguda raiz do mal-estar e das apreensões dos portugueses na atual conjuntura.

Dai que a direção da nossa vida nacional esteja à mercê de pressões de grupos ou de combinações de bastidores que, decorrendo de costas para o Povo, não podem constituir solução adequada e são susceptíveis de provocar um duro período de instabilidade. Os signatários aqui expressamente se desassocia de todas as modalidades de tais procedimentos, por mais benéficas que possam parecer, como perigosas e capazes de ferir os superiores interesses da Nação, de cuja salvaguarda Vossa Excelência, nos termos da Constituição, se encontra investido.

Só uma solução, sem alternativa, corresponde a esses superiores interesses nacionais: a dum consulta eleitoral, rodeada das indispensáveis garantias de genuidade e liberdade, pela qual os portugueses decidam dum destino que é o seu.

Em consequência, vêm representar a Vossa Excelência no sentido de que, usando das prerrogativas que a Constituição lhe confere:

— Dissolva a Assembleia Nacional e marque eleições legislativas, conferindo à Assembleia Nacional a ele-

ger poderes constituintes; — Nomeie Presidente do Conselho e Ministros que à Nação garantam independência e liberdade, assegurando desde já a abolição da censura sob todas as formas, o exercício efetivo do

direito de reunião, a supressão de quaisquer intervenções arbitrarias (incluindo as policiais) contra os cidadãos, decretando uma anistia geral de caráter político, impondo a plena liberdade e igualdade

de todas as correntes de opinião perante o sufrágio e a inteira regularidade deste.

Assim o fazendo, agirá Vossa Excelência como Presidente da República de todos os portugueses.

## A EXTINÇÃO DA PIDE E O REGRESSO DOS EXILADOS

— PEDIDOS A CAETANO

Noutra petição, assinada por mais de mil pessoas, na maioria das classes trabalhadoras, e entregue no dia 9 de Novembro a Marcelo Caetano, os signatários solicitam a imediata libertação de todos os presos políticos, a extinção da PIDE, o regresso dos exilados e a realização de elei-

ções livres.

Os signatários lembram que "o regime anterior deixou o País num estado lamentável" e, depois de salientarem que o discurso de posse do sr. Marcelo Caetano é propositadamente vago, evitando uma definição sobre qualquer dos problemas fundamentais que

preocupam a Nação, afirmam: "A unidade do povo português exige a libertação imediata de todos os presos políticos, o retorno dos exilados e dos deportados, a abolição de todos os tipos de censura, a liberdade de reunião e a independência dos sindicatos e das organizações estudantis".

## Ultima Hora

# A guerra colonial custará em 68 mais de dez milhões de contos

LISBOA (Do Correspondente) — Embora os jornais não tenham dedicado comentários a assunto tão explosivo, a divulgação pelas próprias fontes oficiais do custo astronômico da guerra colonial não passou despercebida à opinião pública, que se mostra alarmada com a profundidade do desastre resultante da política de traição e de terror que

o atual governo se propõe continuar.

Evidentemente que as estatísticas oficiais não aludem sequer à guerra colonial. Mas não podem esconder que só no primeiro semestre do ano corrente os gastos com "a defesa nacional" se elevaram a mais de 4 milhões e oitocentos mil contos, soma que excede largamente as previsões mais pessimistas do Ministério das Finanças. Em telegramas enviados para o Exterior, correspondentes das agências noticiosas afirmam que os porta-vozes do governo não escondem que essa situação tende a agravar-se e que tudo indica que a rubrica da "defesa" (leia-se guerra colonial) estará sobrecarregada no segundo semestre. Em outras palavras: a guerra colonial custará este ano mais de 10 milhões de contos, isto é mais 20% do que em 67.

O povo comenta esse estado de coisas, vendo nele um desmentido frontal oposto ao optimismo daqueles que se deixam impressionar pelas promessas demagógicas do sr. Marcelo Caetano. Um país que gasta quase metade do seu orçamento com uma guerra mascarada de "defesa da integridade nacional" só pode ter esperança se mobilizar as suas energias para derrubar o regime responsável por essa calamidade.

## Mudança de séde

Por força das obras empreendidas pela Prefeitura de São Paulo na Rua Conselheiro Furtado, "Portugal Democrático, terá de transferir em Dezembro a sua sede do local onde se encontrava instalada desde 1957. Pedimos assim a todos os nossos leitores e amigos o favor de endereçar a correspondência para a nossa Caixa Postal, n.º 6248.

## A LUTA DOS FERROVIÁRIOS

Os ferroviários vêm lutando há meses para substituição do Acordo Colectivo de Trabalho vigente que lhes impõe condições de trabalho inaceitáveis e salários irrisórios. A unidade entre a classe é grande, reforçando-se dia a dia, a reflectir os progressos da organização. No próximo número publicaremos uma importante matéria sobre o assunto. O exemplo da Carris está presente no espírito dos ferroviários. Alarmado com a possibilidade de uma greve iminente, Marcelo Caetano anunciou já um plano de modernização do sistema ferroviário que custará cerca de 2.600.000 contos e que prevê a substituição de 1.500 quilómetros de carris. Mas os ferroviários não se deixam mistificar: exigem melhores salários e insistem nas suas múltiplas e justíssimas reivindicações.



Em Portugal a repressão aumenta. O diretor da PIDE acaba de receber as insignias de grande oficial de Ordem do Infante por serviços prestados à Pátria!

PORTUGAL DEMOCRÁTICO  
R. Cons. Furtado, 191 — Sp. Brasil  
Endereços de Assinantes